



MES
Movimento
Empresarial
pela Saúde

***AGENDA DO
MOVIMENTO
EMPRESARIAL
PELA SAÚDE (MES)***

SETEMBRO DE 2025

SESI Serviço
Social
da Indústria

CNI Confederação
Nacional
da Indústria



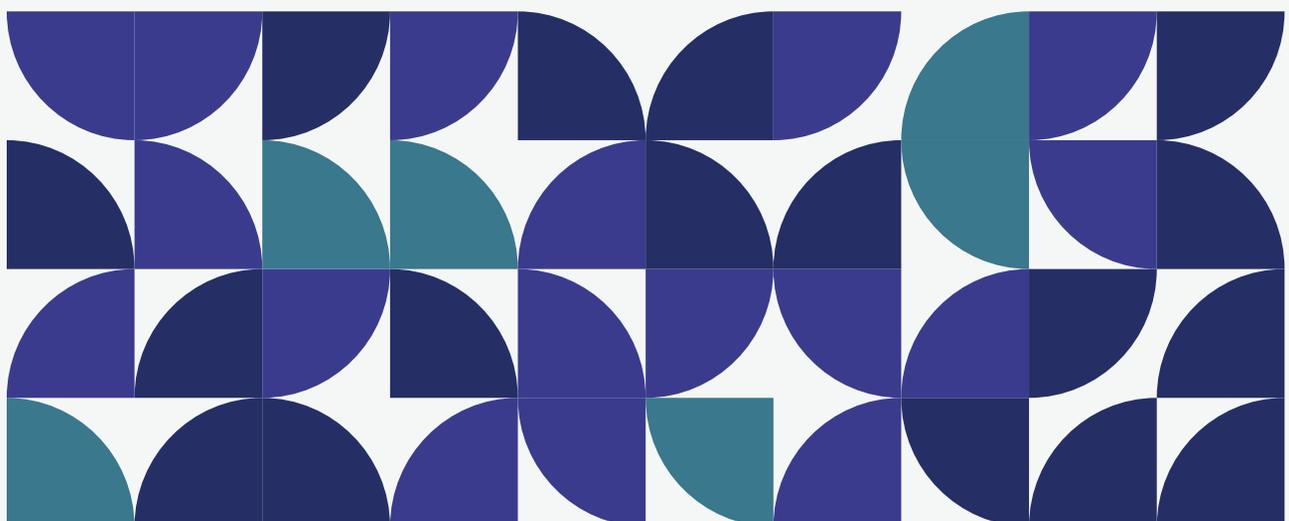
O MES

O Movimento Empresarial pela Saúde (MES) é uma iniciativa liderada pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Surge do reconhecimento de que a saúde dos trabalhadores não é apenas um direito fundamental, mas também um pilar estratégico para a competitividade e a sustentabilidade do setor produtivo.

A indústria brasileira é responsável pela cobertura de 17 milhões de vidas no mercado de saúde suplementar, o que representa cerca de 30% de todos os planos coletivos empresariais. Esse protagonismo impõe ao setor produtivo a responsabilidade de avançar em soluções que ampliem o acesso à saúde de qualidade, com equidade e sustentabilidade, para trabalhadores e seus dependentes.

O MES tem como missão liderar uma agenda propositiva nesse sentido. Ao reconhecer a saúde como um ativo fundamental, o Movimento posiciona as empresas como protagonistas na construção de soluções que geram valor para toda a sociedade.

Sua estrutura reúne lideranças empresariais, gestores e instituições de referência em um arranjo colaborativo que garante visão sistêmica, capacidade de articulação e legitimidade para influenciar políticas e práticas. Com isso, o MES consolida-se como um espaço estratégico de diálogo e inovação, orientado por objetivos de longo prazo que unem competitividade, responsabilidade social e sustentabilidade.





UM CENÁRIO DESAFIADOR NA SAÚDE

O sistema de saúde brasileiro vive uma encruzilhada estrutural. O SUS continua sendo a principal rede de proteção social, mas sofre com restrições orçamentárias, desigualdades regionais e pressão de uma transição demográfica que acelera o envelhecimento da população e a prevalência de doenças crônicas. Ao mesmo tempo, a saúde suplementar enfrenta custos assistenciais crescentes, forte judicialização e modelos contratuais pouco aderentes às necessidades reais de trabalhadores e empresas

Essa realidade não é um problema isolado de governo, empresas ou famílias: é um desafio compartilhado. A sobrecarga do SUS repercute em atrasos e desigualdade de acesso; a insustentabilidade da saúde suplementar pressiona operadoras, prestadores e contratantes; e os impactos sobre a saúde da população trabalhadora reverberam em toda a economia.

O aumento de absenteísmo, os afastamentos prolongados por doenças crônicas e de saúde mental e o uso ineficiente dos planos de saúde produzem efeitos em cadeia:



Em outras palavras, a saúde não pode ser tratada apenas como um custo assistencial ou como uma pauta setorial restrita à indústria. Ela é um ativo estratégico para o desenvolvimento do país. Investir em prevenção, coordenação do cuidado e gestão inteligente de dados significa reduzir desperdícios, melhorar resultados clínicos e liberar recursos para inovação e crescimento econômico.

No entanto, nenhum ator isolado tem condições de resolver essa equação. Empresas contratantes, governo, reguladores, prestadores, trabalhadores e sociedade civil precisam atuar de forma coordenada.

É por isso que o Movimento Empresarial pela Saúde (MES) se torna tão relevante: ele é o espaço de governança onde diferentes interesses se encontram, para que a soma de esforços produza soluções sistêmicas, com legitimidade e impacto real.



TEMAS PRIORIZADOS PELO MES

O SESI e a CNI vêm, há anos, estudando e investindo na análise dos principais desafios que comprometem a sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro e o bem-estar dos trabalhadores. Nesse caminho, o MES estruturou Grupos de Trabalho (GTs) como um desdobramento natural desse esforço: espaços dedicados a reunir experiências concretas das empresas e a transformar percepções em diagnósticos organizados.

Orientados pelas definições da governança, os GTs se dedicaram a identificar problemas centrais, propor soluções práticas e testar caminhos, cujos resultados serão apresentados a seguir.



TEMA 1:

DADOS E INTELIGÊNCIA EM SAÚDE

Proposta 1 - Integração de dados ocupacionais e assistenciais

- **Onde estamos:** as informações sobre saúde dos usuários permanecem dispersas entre diferentes sistemas – ocupacionais, assistenciais, operadoras, prestadores e órgãos públicos. Essa fragmentação impede uma visão integral da saúde, gera duplicidade de exames, desperdício de recursos e limita o planejamento estratégico.
- **Onde devemos chegar:** construir um modelo integrado de dados em saúde que permita visão completa do usuário, facilite a prevenção, oriente decisões e apoie políticas públicas mais assertivas. A interoperabilidade é chave para reduzir desperdícios, ampliar a qualidade do cuidado e fortalecer a formulação de estratégias coletivas.

Sugestões práticas:

- Definir padrões de interoperabilidade alinhados à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS)
- Estruturar modelos de integração de dados entre saúde ocupacional e assistencial
- Criar painéis de indicadores acessíveis para gestores públicos e privados

Solução compartilhada: integrar dados de saúde requer a mobilização conjunta de empresas, operadoras, prestadores, reguladores e governo para compartilhar informações, adotar padrões técnicos comuns e garantir segurança e confiabilidade na utilização das informações.



Proposta 2 - Mensuração da efetividade dos programas de saúde

- **Onde estamos:** diversos programas de promoção da saúde e bem-estar já são implementados em empresas e operadoras, mas em grande parte sem métricas claras de resultado. Isso leva à descontinuidade das iniciativas, à dificuldade de identificar boas práticas e à falta de confiança nos retornos obtidos.
- **Onde devemos chegar:** adotar metodologias consistentes de avaliação de impacto que permitam medir retorno sobre investimento (ROI), qualidade de vida e desfechos clínicos. Com evidências, é possível dar escala às iniciativas que funcionam e redirecionar recursos de forma mais eficiente.

Sugestões práticas:

- Implantar metodologias de avaliação de impacto aplicáveis a empresas e operadoras
- Estimular estudos e pilotos em parceria com universidades e centros de pesquisa
- Criar espaços de disseminação de resultados e benchmarks setoriais

Solução compartilhada: medir a efetividade dos programas de saúde depende da disposição de todos para compartilhar experiências, padronizar métricas, validar resultados e transformar evidências em referência para decisões públicas e privadas.

TEMA 2:



MODELOS SUSTENTÁVEIS DE SAÚDE SUPLEMENTAR



Proposta 1 - Coordenação do cuidado

- **Onde estamos:** a utilização dos serviços de saúde é muitas vezes desordenada, com desperdícios de recursos e fragmentação entre a saúde ocupacional e a assistencial. Essa desconexão reduz a efetividade da prevenção, prejudica a continuidade do cuidado e alimenta um ambiente de crescente judicialização.
- **Onde devemos chegar:** construir um modelo de saúde suplementar mais integrado, com linhas de cuidado claras, informações confiáveis e gestão orientada por resultados. A coordenação deve promover maior transparência, eficiência no uso dos recursos e alinhamento de interesses entre empresas, trabalhadores, prestadores, operadoras e governo.

Sugestões práticas:

- Estimular projetos-piloto de coordenação do cuidado
- Fortalecer indicadores de desfecho assistencial
- Promover fóruns de diálogo entre contratantes, operadoras e reguladores

Solução compartilhada: avançar na coordenação do cuidado exige a participação de todos os atores, para alinhar programas de saúde ocupacional, integrar modelos assistenciais, adotar protocolos comuns, criar incentivos regulatórios adequados e fortalecer a clareza da jornada do paciente.



Proposta 2 - Análise do Impacto de novas tecnologias

- **Onde estamos:** o avanço das terapias inovadoras trouxe enormes ganhos para a medicina, mas também um impacto financeiro crescente. A ausência de regras claras gera desigualdade no acesso e pressiona tanto os planos de saúde quanto o SUS, resultando em um ambiente marcado pela insegurança e pela judicialização.
- **Onde devemos chegar:** criar mecanismos coletivos que assegurem previsibilidade e sustentabilidade financeira no custeio das terapias de alta complexidade. É preciso avançar na produção e compartilhamento de dados nacionais e estabelecer parâmetros de equidade, garantindo que os tratamentos estejam disponíveis de forma justa e segura para todos.

Sugestões práticas:

- Realizar estudos atuariais sobre impacto financeiro
- Fomentar debate sobre fundos de proteção para tratamentos catastróficos
- Ampliar a base de dados sobre judicialização em saúde

Solução compartilhada: garantir a sustentabilidade das terapias de alta complexidade requer um esforço conjunto para definir critérios transparentes de incorporação, compartilhar riscos financeiros, oferecer evidências clínicas sólidas, assegurar previsibilidade para empregadores e ampliar o acesso equitativo aos trabalhadores.

TEMA 3:

SAÚDE MENTAL E EMOCIONAL



Proposta 1 - Mensuração do impacto econômico da saúde mental

- **Onde estamos:** os custos relacionados à saúde mental – como absenteísmo, afastamentos prolongados, queda de produtividade e judicialização – ainda não são devidamente mensurados no Brasil. Empresas, operadoras e governo trabalham muitas vezes com dados fragmentados ou baseados em referências internacionais, o que limita a clareza sobre a real dimensão do problema.
- **Onde devemos chegar:** consolidar métricas nacionais que expressem o impacto econômico da saúde mental sobre trabalhadores, empresas, sistema de saúde e previdência. Com dados confiáveis, será possível orientar políticas públicas, fundamentar investimentos corporativos e dar escala a programas de prevenção e cuidado.

Sugestões práticas:

- Desenvolver uma calculadora nacional de impacto econômico da saúde mental
- Integrar informações de absenteísmo, sinistralidade, previdência e passivos jurídicos
- Disseminar resultados em fóruns públicos e privados para embasar decisões

Solução compartilhada: avançar na mensuração da saúde mental exige a colaboração de todos os atores para compartilhar dados, consolidar indicadores, validar metodologias e transformar informações em referência para políticas públicas e práticas empresariais.



Proposta 2 - Integração da saúde mental às estratégias corporativas

- **Onde estamos:** muitas empresas já desenvolvem iniciativas em saúde mental, mas de forma isolada e sem integração com a estratégia de gestão de pessoas ou de saúde ocupacional. Persistem estigmas, falta de protocolos estruturados e iniciativas que não se sustentam no longo prazo.
- **Onde devemos chegar:** incorporar a saúde mental como parte essencial das estratégias corporativas, com políticas consistentes de prevenção, protocolos claros de atendimento e ambientes de trabalho que favoreçam segurança psicológica. Assim, o tema deixa de ser periférico e passa a ser tratado como ativo estratégico.

Sugestões práticas:

- Promover programas estruturados de saúde mental vinculados à gestão corporativa
- Estimular a psicoeducação em todos os níveis das empresas
- Incentivar políticas públicas e regulatórias que reconheçam a saúde mental como fator estratégico

Solução compartilhada: tornar a saúde mental prioridade demanda o engajamento conjunto de empresas, prestadores, operadoras, trabalhadores e reguladores na criação de protocolos, no combate ao estigma e na promoção de ambientes que sustentem o cuidado de forma contínua.



MEMBROS





MES

Movimento
Empresarial
pela Saúde

SESI *Serviço
Social
da Indústria*

CNI *Confederação
Nacional
da Indústria*

DESENVOLVIMENTO:

